

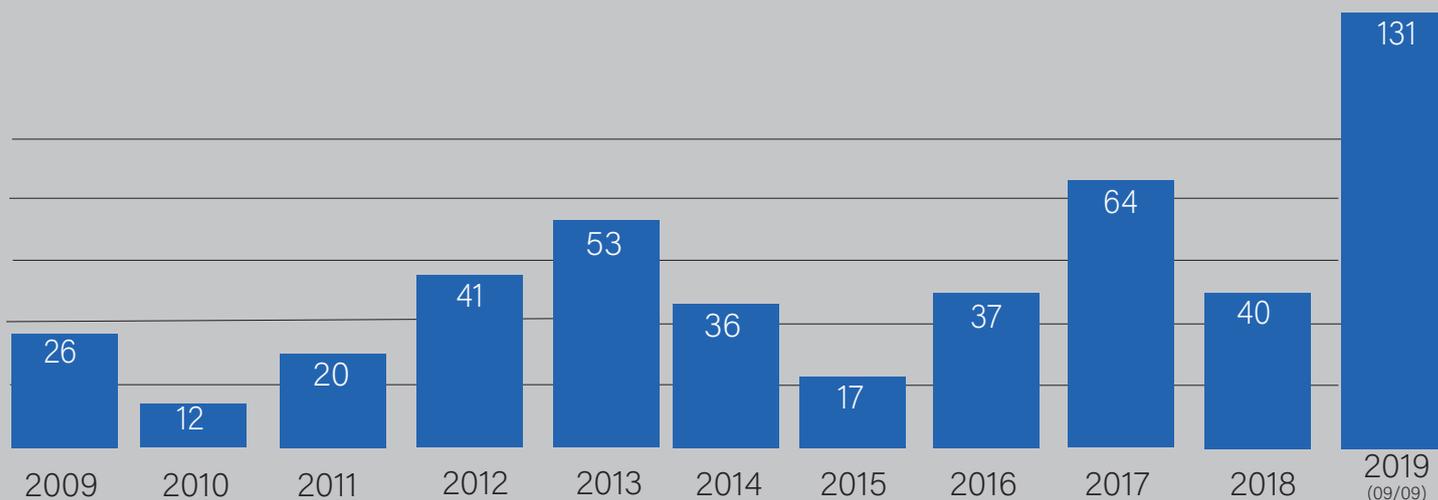
# BOLETIM DE ÉTICA E INTEGRIDADE

## Controladoria-Geral do Distrito Federal

Número 1

Setembro 2019

### NÚMEROS DE EXPULSÕES DE SERVIDORES PÚBLICOS (Demissão, Cassação de Aposentadoria e Destituição de Cargo)



Em março deste ano o governador Ibaneis Rocha determinou que todos os PADs parados na Consultoria Jurídica do Gabinete fossem encaminhados para julgamento pelo controlador-geral do Distrito Federal, Aldemario Araújo Castro.

A CGDF julgou, em quatro meses, por força da delegação prevista no Decreto nº 37.901/2019, um passivo de 142 Processos Administrativos Disciplinares (PADs) que estava sem análise por até quatro anos.

### PRINCIPAIS CASOS JULGADOS - 2019

<b>DEMISSÃO</b>	<b>92</b>
<b>DESTITUIÇÃO DE CARGO</b>	<b>16</b>
<b>CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA</b>	<b>14</b>
<b>PERDA DE MANDATO</b>	<b>1</b>

### MAIORES INCIDÊNCIAS NOS CASOS DE DEMISSÃO - 2019

<b>ABANDONO DE CARGO</b>	<b>52</b>
<b>SERVIDORES EMPRESÁRIOS</b>	<b>10</b>
<b>ASSÉDIO SEXUAL</b>	<b>8</b>
<b>ATESTADO FALSO</b>	<b>5</b>
<b>ACUMULAÇÃO DE CARGO</b>	<b>5</b>

## CASOS JULGADOS

### ABANDONO DE CARGO



A maioria dos casos julgados abordava o abandono de cargo por servidores públicos, que pediram licença para tratar de interesses particulares. Em um dos casos, uma servidora requereu licença para acompanhar o marido, aprovado em um concurso público em outro estado. Ao final da licença, ela não se apresentou ao órgão e nem justificou sua ausência. Por isso, foi demitida por abandono de cargo.



### USO DAS REDES SOCIAIS

Um processo analisado trata de posts publicados no Facebook por uma professora que criticava o posicionamento de um professor que supostamente estaria assediando uma aluna. A professora afirmava que a escola estaria sendo conivente com a situação. No PAD foi levantado que o professor cometeu mesmo o assédio sexual e ele foi demitido. A professora, porém, também foi punida porque tentou influenciar por meio do WhatsApp o depoimento de alunos no processo e por expor a situação da menor em rede social, quando poderia e deveria ter feito a denúncia às autoridades competentes. A servidora foi suspensa por 20 dias.



### ASSÉDIO SEXUAL

Outro processo julgado que gerou demissão de um professor foi de uma aluna, portadora de deficiência, de uma escola especial do DF. Ela aceitou carona do professor e no meio do caminho ele a assediou e manteve relações sexuais com ela.

Depois, ela contou para a mãe, que fez a denúncia.

O servidor foi demitido por ato de improbidade administrativa.



### ATESTADO FALSO

Em um dos casos, uma servidora apresentou atestados médicos falsos para justificar as suas ausências no trabalho. No PAD, verificou-se que a servidora não era paciente da clínica e que nunca havia sido consultada no local. As assinaturas não foram reconhecidas pelos médicos durante as apurações. A servidora foi demitida por utilizar documentos falsos.

## ORIENTAÇÕES GERAIS

### SERVIDOR SÓCIO DE EMPRESA



O servidor não pode ser sócio de empresa contratada pelo poder público distrital, ainda que não seja na condição de gerente/administrador, cabendo a aplicação da penalidade de demissão por ato de improbidade administrativa.



### ABANDONO DE CARGO

A licença para tratar de interesses particulares está prevista no artigo 144 da Lei Complementar nº 840/2011. Após o término da licença, o servidor deverá retornar ao trabalho, mas caso não tenha interesse em continuar no órgão deverá pedir a sua exoneração do cargo. Nesses casos, a administração pública não precisa fazer nenhum tipo de comunicação ao servidor para retorno ao trabalho.